

O PROGRAMA NACIONAL DE HABITAÇÃO RURAL COMO INCENTIVO À PERMANÊNCIA DAS FAMÍLIAS CAMPONESAS EM SUAS COMUNIDADES DE ORIGEM:

A Colônia de Pescadores Artesanais da Ilha da Torotama – Rio Grande/RS

FABRÍCIO GALLO CORRÊA¹; LÍGIA MARIA ÁVILA CHIARELLI²

¹UFPEl - FAUrb - ProGrAU – fabriciogallo@pelotas.ifsul.edu.br

²UFPEl - FAUrb - ProGrAU – biloca.ufpel@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

A permanente demanda por moradias de interesse social para o meio rural, reflexo direto da falta de políticas públicas para o setor, passa a ser identificada de forma contundente, e se materializa diretamente na observação da realidade socioeconômica das comunidades rurais (CARLOTO & ATIYEL, 2014).

Mesmo com a ampliação de medidas governamentais de desenvolvimento e modernização agrícola, constata-se que, ainda assim, elas não eram suficientes para garantir a permanência das famílias de pequenos agricultores no campo, e muitas vezes, ao contrário, favoreciam o êxodo rural.

Entende-se, nesse momento, que a permanência das famílias no campo depende do seu pleno desenvolvimento, da sua inclusão social e mínimas condições de vida, dentre as quais o direito à moradia digna (BOLTER, 2013).

No Rio Grande do Sul, a primeira conquista referente à habitação rural acontece em 2002 com a construção de 2.032 unidades habitacionais, espalhadas em mais de cem municípios (MPA, 2013). A proposta encaminhada, resultante do Projeto Piloto de Habitação Rural, definido pelo Plano Camponês (MPA, 2012), constituía uma parceria do governo do Estado com organizações sociais e sindicais rurais, e configurou um avanço enorme para as comunidades agrícolas (MPA, 2013). Esta experiência bem-sucedida foi a base para a criação, em 2003, após a criação do Ministério das Cidades, do primeiro formato do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), intitulado Programa de Habitação Rural (PHR) com determinações específicas para a habitação social rural.

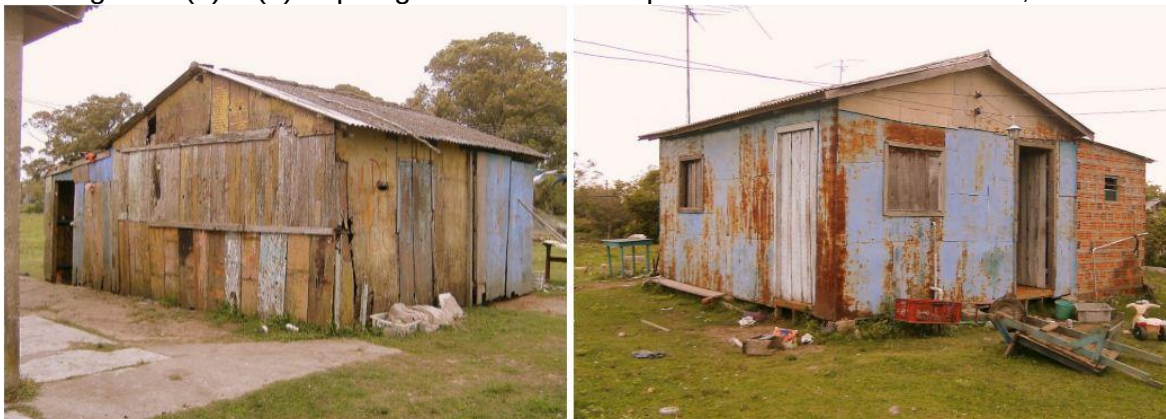
Em 2009, consolida-se o atual formato do PNHR – Programa Nacional de Habitação Rural, que passou a integrar o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). O programa buscava minimizar o enorme déficit habitacional rural brasileiro, apontado pelo Relatório da Fundação João Pinheiro para o Ministério das Cidades (BRASIL, 2007) à época, em 1.092.882 unidades habitacionais.

Com diversas alterações das proposições iniciais de 2003, o PNHR tem hoje como objetivo principal financiar a construção, reforma ou ampliação da moradia dos agricultores familiares (BOLTER, 2013, p. 100).

O programa se propõe a atender não apenas a população que vive no campo, como os agricultores familiares e trabalhadores rurais, mas também aquelas pertencentes às comunidades tradicionalmente estabelecidas: assentados do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), quilombolas, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, indígenas e demais comunidades tradicionais (Cart. PMCMV – PNHR, 2009).

A Colônia de Pescadores da Ilha da Torotama (Rio Grande/RS) representou, para a região sul do Rio Grande do Sul, a contratação de benefícios no modelo mais atualizado do PNHR. Tratava-se de uma comunidade rural totalmente desassistida das políticas sociais públicas (Figura 1), especialmente pela não comprovação da propriedade da terra, juntamente com a eminência de êxodo de sua população desanimada para o meio urbano.

Figura 1 (a) e (b): Tipologias habitacionais pré-existent. Fonte: autor, 2011.



Em 2013 ocorreu a contratação de benefícios à 47 famílias de pescadores artesanais (Figura 2). Concluídas as execuções, se faz necessário a análise da consolidação dos objetivos do programa junto aos beneficiários, investigando o sentimento de valorização humana e a possibilidade real, não só de permanência, da atual e de futuras gerações, mas também de desenvolvimento socioeconômico como membros integrantes e ativos na cadeia produtiva da comunidade.

Figura 2 (a) e (b): Modelo habitação resultante do PNHR. Fonte: autor, 2016.



Este trabalho vincula-se a dissertação de mestrado na área de Arquitetura e Urbanismo, junto ao PROGRAU/FAUrb/UFPeI, intitulada “O Programa Nacional de Habitação Rural como Incentivo à Permanência das Famílias Camponesas em suas Comunidades de Origem: A Colônia de Pescadores Artesanais da Ilha da Torotama – Rio Grande/RS”, a ser finalizada até março de 2019.

2. METODOLOGIA

A pesquisa tem como estratégia principal o Estudo de Caso de caráter único, onde existe a necessidade de se compreender fenômenos sociais complexos, e que permita uma investigação que preserve características significativas de eventos da vida real. Pela formatação e objetivos do PNHR, dois serão os princípios norteadores desta etapa: a flexibilidade (capacidade de ampliação da construção) e a satisfação do usuário.

Procedeu-se uma revisão bibliográfica com base em artigos, dissertações, teses e livros, além de dados oficiais e registros institucionais. A partir disso, pôde-se ter uma visão sobre os desdobramentos históricos e políticos que ocorreram no país, até a criação das bases iniciais para uma política habitacional específica para o meio rural (PHR-RS), e a posterior efetivação do PNHR.

O passo seguinte foi o levantamento e consequente caracterização das unidades habitacionais rurais executadas na metade sul do Rio Grande do Sul, e sob responsabilidade do Sistema Crehnor de Cooperativas de Crédito Rural como

Entidade Organizadora, sendo o autor o responsável técnico (projeto e execução) perante os conselhos responsáveis (CREA e CAU), membro da equipe do Sistema Crehnor, e no período de 2007 a 2013.

Posteriormente, para análise do processo evolutivo qualitativo das unidades habitacionais resultantes das diversas modalidades do programa, efetuou-se a comparação técnica dos projetos padrão utilizados. Levou-se em consideração, além dos projetos completos, suas determinações e acréscimos de área construída, os memoriais descritivos que refletem e atendem as exigências estabelecidas pela equipe técnica da CEF, expostas nas especificações mínimas que as construções deveriam atender, a cada modalidade do programa.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Considerando o PHR nas Resoluções nºs 460 e 518, o PNHR, convênios Crehnor/INCRA e PSH, o Sistema Crehnor foi responsável diretamente pela execução de 1.636 unidades habitacionais rurais. Assim, foram beneficiadas famílias de pequenos e médios produtores da agricultura familiar e famílias pertencentes a comunidades de pescadores artesanais em 22 municípios da região sul do Rio Grande do Sul (Tabela 01).

Tabela 1: Unidades habitacionais construídas. Fonte: organização do autor, 2018.

<i>modalidade</i>	<i>unid. hab. construídas</i>
PHR res. nº 460 / 2004	893
PHR res. nº 518 / 2006	390
PNHR / 2009	244
Outros (INCRA, PSH)	109
total	1.636

Ao longo do tempo foram melhorados os recursos destinados para cada unidade habitacional, em cada fase do programa, o que reflete numa construção com melhor qualidade construtiva (Figura 03), tanto projectual como executiva.

Figura 3 (a) (b) (c) (d) (e) (f): Projetos padrão (2004 a 2009). Fonte: autor, 2018.



Restando definir os atributos e parâmetros de pesquisa, alicerçados nas ciências que envolvem as relações entre ambiente e comportamento, junto à comunidade da Ilha da Torotama, pretende-se trabalhar a questão da moradia não apenas como construção, mas também como um conjunto de fatores que refletem o cotidiano das famílias de pescadores artesanais, abarcando necessidades econômicas, ambientais e de qualidade de vida.

4. CONCLUSÕES

Mesmo considerando todas as dificuldades e entraves encontrados na aplicabilidade e execução de uma política habitacional com tamanha relevância, acredita-se que o PNHR pode atuar como uma política social que permite a um conjunto de famílias rurais, agricultores ou pertencentes às comunidades rurais diversas, terem um estímulo e o desejo de permanecer em suas comunidades de origem, com possibilidade concreta de garantir o próprio futuro e das próximas gerações, como forma de desenvolvimento de suas atividades e da sua região.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOLTER, Jairo A. G. ***Interfaces e Cogestão nas Políticas para Agricultura Familiar: uma Análise do Programa Nacional de Habitação Rural***. Tese de Doutorado. PPG/UFRGS – Porto Alegre/RS, 2013.

BOLTER, Jairo A. G.; SCHNEIDER, Sérgio; HAAS, Jaqueline M. ***O Programa Nacional de Habitação Rural como estratégia de inclusão e desenvolvimento rural***. Políticas Públicas de Desenvolvimento – Rev. Edit. Indb. p. 465-482 PGDR/UFRGS – Porto Alegre/RS, 2015.

BRASIL, ***Cartilha do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR)***. Ministério das Cidades. Brasília/DF, 2013.

CARLOTO, Andréa; ATIYEL, Carima. ***Políticas Sociais no Meio Rural: a Conquista do Programa Nacional de Habitação Rural***. 6º Seminário Nacional Estado e Políticas Sociais / 2º Seminário de Direitos Humanos. Unioeste – Campus Toledo/PR, 2014.

CHIARELLI, Lígia M. A. ***Habitação Social em Pelotas (1987-2010): Influências das Políticas Públicas na Promoção de Conjuntos Habitacionais***. Tese de Doutorado. PPGH/PUCRS – Porto Alegre/RS, 2014.

MPA. ***Plano Camponês: da Agricultura Camponesa para toda a Sociedade***. Cartilha produzida pelo Coletivo de Formação do Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA. Vitória/ES, 2012.

MPA. ***A Conquista da Moradia Camponesa***. Cartilha produzida pelo Coletivo de Formação do Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA. Vitória/ES, 2013.

PIMPÃO, Tatiana S.; LOURENÇO, Juliana D. ***Ilha da Torotama: Um Mapeamento Preliminar***. CaderNAU – Cadernos do Núcleo de Análises Urbanas, v. 7, n. 1, p. 162-174, 2014.

ROVER, Oscar; MUNARINI, Paulo. ***A política de Habitação Rural e o Desenvolvimento da Agricultura Familiar***. Rev. Katál. Florianópolis v.13 n.2 p.260-269, 2010.

YIN, Robert K. ***Estudo de Caso: Planejamento e Métodos***. Editora Bookman. Porto Alegre/RS. 2015.